

# Encontro Nacional da Valorização

## **Corregedorias Administrativas**

### Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público



**CURSO ONLINE  
100% AO VIVO**



**24 HORAS  
DE TREINAMENTO**

## **Palestrantes**

Convidados ✦



**Adailton  
Oliveira**



**Ricardo  
Padovini**



**Vlândia  
Pompeu**



## **DATA**

**19 A 21 DE JUNHO DE 2023**

## **O ENCONTRO**

O denominado “processo administrativo disciplinar” é, sem sombra de dúvida, um importante ramo a ser estudado do chamado “Direito Administrativo Disciplinar”, que é uma das ramificações do “Direito Administrativo”, cujo objetivo é regulamentar a relação existente entre a Administração Pública e seu corpo funcional, o que ocorre por meio da criação de direitos e deveres a serem observados obrigatoriamente pelos agentes públicos, no exercício das atribuições do cargo e/ou função pública e, ao final, prevendo uma sanção administrativa ao agente infrator da norma.

No entanto, não basta à Administração Pública deflagrar o mencionado procedimento correcional quando a autoridade competente tiver ciência de alguma irregularidade administrativa. É preciso, acima de tudo, que o devido processo legal seja, estrita e obrigatoriamente observado, sobretudo por aqueles, que compõem comissões de inquérito, eis que, malgrado a acusação que possa pairar sobre algum agente público, este não deixa de ser detentor de direitos e garantias fundamentais, que se encontra consignadas na Magna Carta da República Federativa do Brasil de 1988.

**ACESSE  
ONLINE:**

[www.ibvcvaloriza.com.br/curso/corregedoria](http://www.ibvcvaloriza.com.br/curso/corregedoria)

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse [www.tc.df.gov.br/autenticidade](http://www.tc.df.gov.br/autenticidade) e informe o e-DOC C0743EE2

# Corregedorias Administrativas

## Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público

### O ENCONTRO

O denominado “processo administrativo disciplinar” é, sem sombra de dúvida, um importante ramo a ser estudado do chamado “Direito Administrativo Disciplinar”, que é uma das ramificações do “Direito Administrativo”, cujo objetivo é regulamentar a relação existente entre a Administração Pública e seu corpo funcional, o que ocorre por meio da criação de direitos e deveres a serem observados obrigatoriamente pelos agentes públicos, no exercício das atribuições do cargo e/ou função pública e, ao final, prevendo uma sanção administrativa ao agente infrator da norma.

No entanto, não basta à Administração Pública deflagrar o mencionado procedimento correcional quando a autoridade competente tiver ciência de alguma irregularidade administrativa. É preciso, acima de tudo, que o devido processo legal seja, estrita e obrigatoriamente observado, sobretudo por aqueles, que compõem comissões de inquérito, eis que, malgrado a acusação que possa pairar sobre algum agente público, este não deixa de ser detentor de direitos e garantias fundamentais, que se encontra consignadas na Magna Carta da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim, evitar vícios que possam macular o Processo Administrativo Disciplinar, podendo, inclusive, gerar a sua nulidade total ou parcial, é de extrema importância para aqueles profissionais que se dedicam à atividade correcional no âmbito de suas unidades administrativas. Dessa forma, o correto e devido preparo dos referidos profissionais é algo imprescindível para que o feito caminhe dentro da legalidade e em consonância com os princípios reitores da atividade administrativa, a exemplo dos que se encontram consignados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e no art. 2.º, da Lei 9.784/99, promovendo, ao final, a verdadeira e transparente justiça.

O presente curso aparece como uma excelente oportunidade e ferramenta para que a Administração Pública, como um todo, fique atualizada acerca das principais legislações e decisões jurisprudenciais que norteiam o chamado “Processo Administrativo Disciplinar”, evitando, com isso, nulidades totais ou parciais das apurações realizadas e, ainda, garantindo-se e estendendo-se ao servidor investigado todos os direitos e prerrogativas oriundos do denominado “devido processo legal”, como o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa e da presunção de inocência.

A estrutura do curso permitirá a todos os participantes um conhecimento atualizado, sólido e consolidado acerca da matéria disciplinar, de forma que todos possam, doravante, exercer com maestria e de forma fidedigna a árdua tarefa de apurar irregularidades cometidas por colegas seus de repartição e, ainda, sugerir ao final, a devida repreensão ao servidor faltoso. Participe!

### PÚBLICO-ALVO

Integrantes de Corregedorias no Território Nacional; agentes públicos da Administração direta e indireta; advogados; secretários e gestores; assessores e procuradores jurídicos; integrantes de comissões de inquérito administrativo; diretores e coordenadores de unidades acadêmicas e administrativas e reitores de universidades públicas, dentre outros interessados.

### OBJETIVOS

Treinar e capacitar todos os participantes do curso para que possam atuar com maestria e de forma fidedigna em procedimentos correcionais em suas instituições e, se for o caso, em outros órgãos administrativos, nos quais sejam chamados a atuar, bem como desenvolver e implementar “ações efetivas” voltadas a “governança pública”, com vistas a alcançar, acima de tudo, o interesse público, que é indisponível

# Corregedorias Administrativas

Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público

## PROGRAMAÇÃO

### SEGUNDA-FEIRA - 19/06

|                   |  |
|-------------------|--|
| 08H30 ÀS<br>09H30 | <b>Palestra:</b><br><b>A visão da AGU sobre a Atuação das Corregedorias Administrativas: O que se espera?</b><br><b>Palestrante:</b> <b>Viádia Pompeu</b> - Assessora Especial do Advogado-Geral da União  |
| 09H30 ÀS<br>10H45 | <b>Oficinas:</b><br>» Governança Pública<br>» Espécies de Procedimentos Correcionais<br>» Princípios reitores da atividade correcional<br>» Sindicância: Obrigatoriedade ou não para deflagração do PAD<br><b>Palestrante:</b> <b>Ricardo Padovani</b> - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia             |
| 10H45 ÀS<br>11H00 | Intervalo  |
| 11H00 ÀS<br>12H30 | <b>Continuação Oficinas:</b><br>» Governança Pública<br>» Espécies de Procedimentos Correcionais<br>» Princípios reitores da atividade correcional<br>» Sindicância: Obrigatoriedade ou não para deflagração do PAD<br><b>Palestrante:</b> <b>Ricardo Padovani</b> - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia |
| 12H30 ÀS<br>13H30 | Almoço   |
| 13H30 ÀS<br>15H30 | <b>Oficinas:</b><br>» Decreto 8.420/2015<br>» Lei de Improbidade (Lei 8.429/1992)<br>» Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)<br><b>Palestrante:</b> <b>Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação  |
| 15H30 ÀS<br>15H45 | Intervalo  |
| 15H45 ÀS<br>17H00 | <b>Oficinas:</b><br>» Transparência e Accountability<br>» Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)<br>» Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)<br><b>Palestrante:</b> <b>Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação  |

# Corregedorias Administrativas

Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público

## TERÇA-FEIRA - 20/06

|                   |   |
|-------------------|---|
| 08H30 ÀS<br>10H45 | <b>Oficinas:</b><br>» Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021)<br>» Análise de Impacto Regulatório<br>» Dolo e Culpa: definição e comprovação<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação  |
| 10H45 ÀS<br>11H00 | Intervalo   |
| 11H00 ÀS<br>12H30 | <b>Continuação das Oficinas:</b><br>» Improbidade Administrativa: definição e Lei 14.230/21<br>» Lei de Abuso de Autoridade e seus reflexos no PAD<br>» Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e seus reflexos no PAD<br>» Poder Geral de Cautela no PAD<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação |
| 12H30 ÀS<br>13H30 | Almoço  |
| 13H30 ÀS<br>15H30 | <b>Oficinas</b><br>» Atos Administrativos Incidentais no PAD<br>» Provas no PAD<br>» Dosimetria das penalidades administrativa<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação  |
| 15H30 ÀS<br>15H45 | Intervalo   |
| 15H45 ÀS<br>17H00 | <b>Continuação das Oficinas</b><br>» Defensor Dativo<br>» "Defensor ad hoc"<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação   |

## QUARTA-FEIRA - 21/06

|                   |   |
|-------------------|---|
| 08H30 ÀS<br>10H30 | <b>Oficinas</b><br>» Defensor Dativo<br>» "Defensor ad hoc"<br>» Infrações Administrativas em espécie<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação |
| 10H30 ÀS<br>11H00 | Intervalo   |

# Corregedorias Administrativas

Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público

|                   |   |
|-------------------|---|
| 11H00 ÀS<br>12H30 | <b>Continuação das Oficinas</b><br>» Assédio Moral e Sexual<br>» Infrações cometidas por meio de redes sociais<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação Riscos |
| 12H30 ÀS<br>13H30 | Almoço  |
| 13H30 ÀS<br>15H30 | <b>Oficinas</b><br>» Direito Penal e PAD<br>» Revisão Administrativa<br>» Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação       |
| 15H30 ÀS<br>15H45 | Intervalo   |
| 15H45 ÀS<br>17H00 | <b>Continuação das Oficinas</b><br>» Mediação<br>» Prescrição Administrativa<br><b>Palestrante: Adailton Oliveira</b> - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação  |

A Organização do Encontro reserva-se o direito de modificar temas e programação divulgada, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente.



# Corregedorias Administrativas

## Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público



**COORDENADOR TÉCNICO  
E PALESTRANTE**

### Adailton Borges de Oliveira

Doutor em Biocombustíveis e Tecnologia, onde atuou e atua na linha de pesquisa "Meio Ambiente e Sustentabilidade". Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação. Especialista em Direito Empresarial. Atualmente, coordena o Setor de Sindicância e Inquérito de todos os campi da Universidade Federal de Uberlândia. É professor/facilitador da Divisão de Capacitação do servidor da UFU, onde ministrou e ministra cursos de Processo Administrativo Disciplinar e Ética Pública. Igualmente, já atuou como Presidente e membro de comissões de PAD, em todo o território nacional, inclusive no próprio MEC. Ministrou e ministra "Cursos de PAD" junto às Prefeituras Municipais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Já teve a oportunidade de submeter-se a vários cursos de capacitação e participação em seminários locais, regionais e nacionais acerca da matéria disciplinar na esfera pública. Atua e já atuou como examinador em concursos públicos locais. Autor de obras e capítulos de livros voltados ao chamado "Processo Administrativo Disciplinar" e "Técnicas Consensuais de Resolução de Conflitos". Atualmente, também é professor na esfera particular, ocupando cadeiras como Direito do Consumidor e Propriedade Intelectual, Direito Empresarial, Legislação Trabalhista e Previdenciária e Direito tributário. Outrossim, já atuou como professor EAD pelo PNAP (Programa Nacional de Administração Pública do Governo Federal) e como docente em cursos de pós-graduação lato sensu.



**PALESTRANTE  
CONVIDADO**

### Ricardo Padovini Pleti Ferreira

Doutor e mestre em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito Empresarial e graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, é Professor Efetivo (Associado, Nível I) da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis" da Universidade Federal de Uberlândia, onde leciona nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Coordenador do "I Curso de Especialização em Direito e Tecnologia" da UFU. Atua como parecerista da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, sendo de sua autoria o livro "Sociedades corretoras e relações de consumo: o home-broker como investidor-consumidor" (Editora LAECC). Tem experiência na realização de cursos e palestras sobre Governança Pública 5.0.



**PALESTRANTE  
CONVIDADO**

### Vlândia Pompeu

Assessora Especial do Advogado-Geral da União

Doutoranda em Direito Constitucional pelo Instituto de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília - UNICEUB (2015). Mestre em Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha - 2015). Pós graduada em Direito Público pela Universidade de Brasília - UNB (2010) Pós graduada em Direito e Processo Tributários pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2005). Pós graduada em Altos Estudos de Defesa pela Escola Superior de Guerra - ESG (2020). Cursando MBA em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Estudou Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law 2011 (EUA - 2011). Estudou Noções do Direito Europeu na Università di Roma Tor Vergata (Itália - 2012). Cursou Leadership and Innovation in Contexts of Change em Harvard Kennedy School (2017) É mentora na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na associação Womem in Law Mentoring (WLM) Leciona Direito Administrativo em cursos de graduação e pós-graduação. Assina a coluna Direito&Administrativo no Portal Migalhas. Associada do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) Associada Benemérita da Rede Governança Brasil (RGB). Idealizadora e CoFundadora do Instituto Empoderar. É Procuradora da Fazenda Nacional desde 2006. Ex-Procuradora do Estado do Pará. Ex-Corregedora da Agência Nacional de Aviação Civil. Ex-Corregedora-Geral da Advocacia da União. Ex-Advogada-Geral da União Adjunta. Atual Assessora Especial do Advogado-Geral da União.

# Corregedorias Administrativas

Governança e Procedimento Disciplinar no Serviço Público

## INVESTIMENTO

**R\$ 1.990,00**

(Mil novecentos e noventa reais) por participante.

### ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- Material didático digital, com conteúdo customizado para o Encontro, disponível no dia do curso;
- Certificado com 24 horas para cada Participante Inscrito, disponível no último dia do curso;
- Livro: "PAD e Governança Pública", entregue a cada participante, na Instituição.

## MATERIAL DE APOIO

- Apostila com conteúdo exclusivo do encontro;
- Certificado Digital Geral com carga horária de 24 horas. Será disponibilizado no dia no evento.

## FORMATO

**Encontro On-line e Ao Vivo, em formato de oficinas, 100% interativo pela plataforma ZOOM.**

O curso será oferecido em ambiente virtual, o que se dará em tempo real, podendo, na oportunidade, tecer comentários, bem como formular perguntas aos palestrantes

## PAGAMENTO

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado, em parcela única, por emissão de Nota de Empenho ou Transferência, em nome de: **Instituto Brasileiro de Valorização e Capacitação - IBVC LTDA (CNPJ nº 48.205.748/0001-57)** no seguinte banco credenciado:



**Banco do Brasil**

**Agência:** 1534-2

**Conta Corrente:** 41.356-9

**Instituto Brasileiro de Valorização e Capacitação**

Telefone: (41) 3180-0070

Whatsapp: (41) 99664-8124

[contato@ibvcvaloriza.com.br](mailto:contato@ibvcvaloriza.com.br)

[www.ibvcvaloriza.com.br/curso/corregedoria](http://www.ibvcvaloriza.com.br/curso/corregedoria)

AV FRANCISCO KRÜGER, 6140  
Almirante Tamandaré/PR  
CEP: 83.504-490